

# In Memoriam ***RUI NAMORADO***



**Eduardo Graça**

Evocar uma personalidade como a de Rui Namorado, pela sua morte, pertence ao campo da memória da política e das ideias. Comungámos do mesmo sonho de uma sociedade mais justa e fraterna, cada um a seu modo, ele mais através do estudo, eu mais através da ação. Nada nos demoveu dos nossos ideais de juventude até ao fim, com acertos e desvios, de uma sociedade mais justa conciliando o individual e o coletivo. Hoje mais do que nunca, as nossas convicções, e as do Rui muito em particular, mostram uma linha condutora que se não esgota em episódios isolados, tendo no centro a ideia da associação de pessoas que prosseguem finalidades de interesse comum, hoje designada, no seu mais largo perímetro, como Economia Social.

---

## **Hoje, mais do que nunca, face ao ressurgimento das autocracias, urge reacender o conhecimento acerca dos livres- -pensadores entre os quais reconheço Rui Namorado**

---

Este é o movimento, fundado em valores ancestrais, que se resume em duas palavras, o bem comum, assumidos pela igreja católica e por movimentos laicos ao longo da história e que se mantêm vivos. Desde as associações propriamente ditas às misericórdias, cooperativas, mútuas, baldios, nas suas diversas formas jurídicas e estatutos, produzindo e distribuindo bens e serviços, sem vocação de lucro.

António Sérgio foi um defensor e doutrinador, estrénuo do associativismo, em particular na sua forma cooperativa, e Rui Namorado um dos seus mais notáveis continuadores. O que percorre as entranhas do pensamento de ambos é o apelo à manifestação livre da vontade dos cidadãos em se associarem na defesa dos seus interesses próprios e das comunidades locais, alargando essa ideia à comunidade nacional, como barreira de resistência ao império do lucro, sem desdenharem do capital. Cada um à sua maneira defenderam o que Sérgio designou como “socialismo cooperativo”, nas suas palavras «a grata substituição da supremacia do Estado pelo governo da economia pelo próprio povo ou por legítimos representantes desse mesmo povo».

Infelizmente é escassa a memória das ideias, e instituições políticas do século XX, anteriores ao Estado Novo que, ao longo de 48 anos produziu uma rasura profunda ao livre pensamento e às suas obras e instituições. Hoje, mais do que nunca, face ao ressurgimento das autocracias, urge reacender o conhecimento acerca dos livres-pensadores entre os quais reconheço Rui Namorado.

Para fazer jus à sua obra, revendo-me nela, escrevi, a seu convite, o prólogo para o seu último livro “Economia Social – Insurreição da esperança”, editado em abril de 2024, que em sua homenagem reproduzo:

Rui Namorado, um amigo de longa data, suscitou o meu interesse em escrever um texto para encimar este seu livro. Não havia como justificar uma escusa nem só pela nossa amizade, como pelo interesse que nos une em torno das questões da economia social, a sua história, atualidade e futuro. O Rui Namorado é um estudioso de grande mérito, com obra publicada, além de artífice dos alicerces da moderna economia social portuguesa. Muito me honra este seu convite, como modesto gestor da coisa pública, para juntar o meu contributo a esta “Economia Social – insurreição da esperança”.

## ***A economia social é uma realidade com forte tradição, enraizada nas comunidades e territórios***

Sem mais delongas sublinho a abordagem que é realizada nestas páginas do caminho histórico que conduziu ao ressurgimento, no nosso país, da economia social na sua feição atual nos planos legal, institucional e operacional. Desde logo a consagração da economia social na Constituição da República Portuguesa (CRP), pós 25 de abril de 1974, sob a designação de “setor cooperativo”, assim como os processos de revisão da CRP, descritos com rigor no que respeita a este setor (descrição preciosa) e que culminaram consagrando a designação de “setor cooperativo e social”, a que se seguiu, em 2013, a aprovação pela Assembleia da República, por unanimidade, da Lei da Bases da Economia Social.

Dedica o autor um largo espaço à reflexão acerca da “economia social como galáxia” que, atravessando períodos de crise ou de bonança, de robusto crescimento, estabilização ou definhamento de algumas das suas “famílias”, nunca deixou de ser, e será, em Portugal e no mundo, sem delimitar fronteiras entre os seus membros, uma árvore ancestral e frondosa na qual, sem prejuízo dos inevitáveis desvios, os seus cooperadores se revêm nos princípios do associativismo livre, uma conquista histórica que nos compete defender e preservar.

São assinalados os notáveis avanços realizados, em particular, desde 2009, através da concretização de reformas no plano legal, institucional e operacional desaguando no que, numa frase, sintetiza todo um programa estratégico: “o processo de conversão de uma economia social em si numa economia social para si”. Beneficiámos ambos de uma conjugação de circunstâncias que nos permitiu participar deste processo.

Neste caminho percorrido permito-me destacar, em consonância com o autor, a criação de quatro instituições que constituem as traves-mestras do reconhecimento para si da economia social. A Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) – Cooperativa de interesse público, criada em 2009/2010 por extinção do INSCOOP; o Conselho Nacional para a Eco-

nomia Social (CNES), criado em 2010; a Confederação Portuguesa de Economia Social (CPES), criada em 2018 e o Centro para a Economia e Inovação Social (CEIS), criado em 2022. Cada uma destas quatro instituições, embora em diversas fases de maturação, dispõem de sólido enquadramento legal e estruturas dirigentes que auguram, assim não faleça a vontade política, uma nova época para a economia social portuguesa.

Apesar da consagração constitucional, legal e institucional da economia social, do seu peso económico-social e papel para o desenvolvimento e coesão social, somos testemunhas da persistência da sua invisibilidade e subalternidade que decorrem da “inserção da economia social num contexto socioeconómico onde predomina a lógica capitalista”. Como encarar esta subalternidade? Resistência é a palavra assumida com coragem. “Uma resistência que se radica numa ética emancipatória, numa política igualitária e democrática, numa cultura humanista. Uma resistência que se alimenta de uma rede de organizações e de práticas., solidárias e cooperantes entre si, animadas por uma lógica distinta da que é dominante”.

Na verdade a economia social é uma realidade com forte tradição, enraizada nas comunidades e territórios, bastando conhecer, por exemplo, um pouco da história das Misericórdias portuguesas, criadas ainda no Século XV, das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, criadas vai para mais de cem anos, por livre iniciativa dos cidadãos, a sua persistência, resistência às adversidades e capacidade para se adaptarem aos desafios de vários, e diversos, tempos históricos para lhes augurar futuro emancipatório, honrando a sua tradição.

Trata-se de uma realidade socioeconómica e cultural multifacetada e complexa fundada numa tradição estimável, e a vários títulos empolgante, herdeira de iniciativas pioneiras da luta do Homem pela conquista da sua realização com dignidade no trabalho, plena integração na sociedade, criando redes de proximidade, arreigadas à promoção de processos de desenvolvimento local e regional tomando, quase

sempre, como critério central das suas ações a realização do homem no espaço físico da sua vivência de trabalho e empreendimento.

Sabemos, por experiência própria e alheia, aos níveis nacional e internacional, que a economia social, e as suas organizações representativas, dispõem de um enorme potencial para contribuir, apoiadas nos seus princípios, tradição e enraizamento na sociedade, para o desenvolvimento da economia, criando emprego e promovendo a coesão e a responsabilidade sociais. A “Conta Satélite da Economia Social” portuguesa, glosada pelo autor, é um instrumento singular no panorama europeu e mundial, e expressa de forma expressiva esta realidade.

A Economia Social é um conglomerado económico/social que na UE contribui para mais de 7,5% do emprego remunerado total (5,9% em Portugal, 2020) mostrando que, no caso de Portugal, este indicador indicia uma margem de crescimento muito elevada. Fazendo uma aproximação ao tema do contributo da Economia Social para o desenvolvimento deixo-vos algumas palavras-chave que me assaltam o pensamento quando leio este livro e reflito acerca do papel deste setor no futuro e das suas vantagens comparativas face aos setores público e privado dos meios de produção.

Rede – A Economia Social é uma rede, tecida de mil elos, que se entrelaçam, através de pessoas que se organizam, se auto organizam, com ou sem apoio público, para enfrentar, e superar, situações de carência, relativa ou absoluta, encontrando saídas e soluções, superando obstáculos e problemas da vida individual, familiar ou comunitária.

Comunidade – a Economia Social está inserida nas comunidades locais e regionais confundindo-se com a sua geografia física e humana. Está próxima dos cidadãos, é mais flexível na ação do que as organizações do setor público descentralizado e, paradoxalmente, do que muitas empresas privadas, agindo, em fidelidade aos seus princípios fundadores, de forma livre e desinteressada.

---

## **Ao lado da empresa privada orientada para o lucro e dos vários tipos de empresa pública, devem poder-se radicar e exprimir as organizações produtivas que perseguem fins mutualistas e sociais**

---

Cooperação e Solidariedade - As palavras baluartes que encerram os valores e princípios que norteiam a Economia Social e que, mais tarde ou mais cedo, serão incorporados, de forma efetiva, no modelo emergente, de que se anteveem cada vez mais sinais, da organização económico-social, o que quer dizer, que o trabalho, em prol do fomento das organizações da Economia Social, seja qual for a sua natureza jurídica, tem plenas condições para frutificar, contribuindo para a construção de uma futura sociedade mais justa e fraterna.

É inegável que por todo o mundo, e no espaço europeu que mais nos interessa, se têm feito progressos notáveis no desenvolvimento económico-social, na luta contra a pobreza, a desigualdades e pela inclusão social. Nos últimos anos governos, organizações supranacionais e da sociedade civil, têm feito esforços para colocar na agenda política os fenómenos da pobreza e da desigualdade.

O aumento sistemático das desigualdades entre grupos sociais no interior de um mesmo país e entre as populações dos diversos países, ou seja, o aumento maciço da pobreza em sentido relativo, tende não só a minar a coesão social – e, por este caminho, põe em

risco a democracia –, mas tem também um impacto negativo no plano económico com a progressiva corrosão do “capital social”, isto é, daquele conjunto de relações de confiança, de credibilidade, de respeito das regras, indispensáveis em qualquer convivência civil.

Ao lado da empresa privada orientada para o lucro e dos vários tipos de empresa pública, devem poder-se radicar e exprimir as organizações produtivas que perseguem fins mutualistas e sociais. Do seu recíproco confronto no mercado, pode-se esperar uma espécie de hibridização dos comportamentos de empresa, conseqüentemente, uma atenção sensível à civilização da economia. Este é um tema sensível e emergente que se debate em torno da questão da empresa social.

Assim, o modelo futuro da organização económico-social das nossas sociedades, não nos deixando capturar pelos acontecimentos do curto prazo, e suas conseqüências, por vezes dolorosas, na vida das famílias e das organizações, incorporará, inevitavelmente, em prol do desenvolvimento sustentável, de forma nova, mais expressiva e pujante, os princípios e valores que são a marca distintiva da economia social e que podemos resumir em duas palavras: cooperação e solidariedade.

Não creio nem na inevitabilidade da pobreza, nem na perdurabilidade da riqueza. Todos os mundos se cruzam, ora acentuando os fatores de exclusão, extremado-se os campos nos quais se acantonam os seus arautos, ora aproximando-os quando pela ação da natureza, ou do homem, se encontram pobres e ricos fazendo frente aos dramas da condição humana.

Só somos verdadeiramente autênticos quando formos capazes de refletir, coletivamente, acerca dos novos caminhos, das novas oportunidades, que em cada época se abrem diante dos nossos olhos. Seremos então capazes, por entre diferenças e desigualdades, de descobrir as virtualidades de alguns conceitos que asseguram a esperança do sucesso da luta contra as injustiças que se escondem por detrás da pobreza.

Não que acreditemos num mundo sem diferenças, e na igualdade como ideal que conduz à felicidade, pois a experiência histórica se encarregou de nos desiludir acerca da bondade absoluta desse caminho. Mas porque acreditamos que é possível lutar, com realismo, pela igualdade de oportunidades, pela ética na gestão das instituições, em liberdade e com responsabilidade.

O que mais me toca neste livro, comungando das suas ideias fulcrais, é a reafirmação da convicção que a nossa época, portadora de uma crise profunda do sistema económico e financeiro capitalista, tendo revelado, de forma brutal, uma crise de consciência e de valores, é também uma época de novas esperanças e oportunidades que a economia social bem personifica. Obrigado, Rui por persistires em pensar a economia social com a profundidade e a elegância que sempre te acompanha.

